



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

Audição Regimental

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

5 DE JULHO DE 2017

Senhora Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Apresento-me nesta Comissão, para a última audição regimental desta sessão legislativa. Estou certo que, como habitualmente, este é o momento para podermos discutir a política económica e financeira que tem vindo a ser desenvolvida no país e também para, de certa forma, fazer um balanço no momento em que nos aproximamos de metade da legislatura.



Não podemos dizer que, a estes quase 20 meses de mandato, tenha faltado ação e resultados.

Comecemos pelos resultados, que estão inevitavelmente associados à ação.

Neste período a economia portuguesa voltou a convergir com a União Europeia. Hoje crescemos mais do que a média dos países europeus. Algo que não acontecia desde 2009.

Neste período a população ativa voltou a crescer. Depois de cinco anos em que o mercado de trabalho se reduziu em Portugal, hoje somos mais do que há um ano. Não há nenhuma sociedade que possa prosperar se assim não for.

O desemprego diminuiu. Em Maio de 2017 há menos 90 mil desempregados.



O emprego aumentou. Em maio de 2017 há mais 140 mil empregados.

Dias depois da minha última vinda em audição regimental, a Comissão Europeia recomendou ao Conselho que terminasse o Procedimento por Défice Excessivo para Portugal.

Cerca de um mês depois, o Ecofin formalizou esta saída, constituindo um marco crucial para Portugal. O país trabalhou arduamente para alcançar este resultado. Fica claramente demonstrado que a estratégia portuguesa tornou as finanças públicas sustentáveis, assente num controlo da despesa, ao mesmo tempo que se apoiou o crescimento inclusivo.

A decisão de saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo, um ano após a tão proliferada ameaça de



sanções, marca uma viragem. Uma viragem que expressa a avaliação da União Europeia de que o défice orçamental excessivo foi corrigido de forma sustentável e duradoura.

Este é o tipo de evento que eleva a nossa auto-estima enquanto nação.

É importante recordar que, em 2016, o país alcançou o défice mais baixo desde 1975. O saldo primário situou-se em 2,2% do PIB, um dos mais sólidos dos países da UE. O compromisso para 2017 é de que o défice atinja 1,5% e que o excedente primário se situe em 2,7%.

A saída de Portugal do Procedimento por Déficit Excessivo também confirma a inflexão na trajetória da dívida pública. Todos terão presente a importância desta questão, na medida em será possível gerar poupanças em



juros, sem colocar em risco o investimento e a coesão social.

Foi, por isso, com naturalidade, que o Governo recebeu a notícia de alteração da perspetiva de *rating* da República para positiva, pela agência *Fitch*. Foi uma alteração que se insere no conjunto de indicadores que demonstram a trajetória de melhoria substancial da economia portuguesa.

Temos assistido a um novo impulso de crescimento, baseado na *performance* das exportações e do investimento empresarial, bem como no dinamismo do mercado de trabalho.

Os dados divulgados pelo INE para o primeiro trimestre mostram que o saldo global das Administrações Públicas



fixou-se em -2,1% do PIB, o que traduz uma diminuição de 1,2 p.p. face ao mesmo período do ano de 2016.

Por outro lado, o necessário controlo rigoroso da despesa, que há pouco referi, é demonstrado pela estabilidade da despesa corrente.

No que se refere aos dados relativos até maio, o défice das Administrações Públicas (AP) foi de 698 milhões de euros (ME), aumentando 359 ME face a 2016. No entanto, é preciso ter em consideração um fator determinante: este aumento resulta de um acréscimo de 1546 ME nos reembolsos fiscais. Este efeito irá naturalmente ser objeto de dissipação ao longo do ano. Mas é importante realçar que este aumento de reembolsos resulta numa maior eficiência nos procedimentos, o que fez com que empresas e famílias recebessem de forma mais célere os seus reembolsos. Até maio, foram reembolsados, em sede de



IRS, mais de 1190 ME, valor superior em seis vezes o registado em 2016.

Também indicativo da melhoria da atividade económica, registámos neste período um aumento das contribuições para a Segurança Social em 5,5%, bem como da receita fiscal em 6,1%, excluindo a aceleração dos reembolsos, consideravelmente acima dos 3% previstos no Orçamento do Estado para 2017. A receita bruta de IVA cresceu 6,3%.

No que se refere à despesa primária das Administrações Públicas, esta apresentou um crescimento de 1,1%, resultado do aumento expressivo de 15,5% do investimento. Por seu turno, a despesa com pessoal aumentou 0,4%, o que traduz uma desaceleração face ao crescimento registado no mês anterior.



Este aumento das despesas com pessoal reflete bem as opções do Governo nesta matéria, uma vez que resulta do investimento em recursos humanos nas áreas da Saúde e Educação.

A dívida não financeira nas Administrações Públicas reduziu-se em 392 ME em termos homólogos. Refiro-me a despesa sem o correspondente pagamento, incluindo pagamentos em atraso.

Senhora Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Para estes resultados contribuíram de forma decisiva as políticas implementadas por este Governo.



Desde logo na estabilização do sistema financeiro. Na capitalização da CGD. Na garantia da solvabilidade do Fundo de Resolução.

A ação determinada sobre o sistema financeiro permitiu ainda que novo capital entrasse nos bancos privados em Portugal. Capital vindo de variadíssimas origens, num processo único no sistema bancário europeu.

Mas o Governo atuou também na capitalização das empresas. Com medidas de incentivo ao investimento e de melhoria do enquadramento de reestruturação das empresas.

E desenvolveu uma política de recuperação dos rendimentos. Com uma redução da carga fiscal. Uma valorização social nos setores privados e público. No último ano, os portugueses viram a sua massa salarial



crescer cerca de 6%. É esta a verdadeira recuperação de rendimentos que necessitávamos.

Na política orçamental, trouxemos rigor e credibilidade onde existiam sanções e suspensão de fundos.

A conseqüente revisão da despesa pública tem permitido, de uma forma detalhada avaliar com cada serviço a melhor forma de utilizar os recursos financeiros colocados à disposição do Estado.

Sabemos as prioridades para a política pública. O aumento no número de profissionais da saúde (médicos e enfermeiros) e da educação (docentes do ensino básico e secundário) foi o maior dos últimos anos. Este investimento é hoje visível num melhor serviço de saúde e num ano letivo que tem corrido sem qualquer perturbação por falta de professores. Desde o primeiro dia.



Em 2017 estamos apostados na recuperação dos níveis de investimento público. O seu ciclo foi atrasado em virtude da deficiente preparação do Portugal 2020. No primeiro trimestre o investimento cresceu já claramente face a 2016. Mais de 40% nas autarquias. Perto de 20% na Administração Central.

A determinação que temos tido no estabelecimento da recuperação económica do país tem, felizmente, atingido bons resultados.

Estamos confiantes na prossecução deste caminho.

Muito obrigado.